

Crise aproxima o Planalto do PDS

O relacionamento do governo com as oposições será determinado pelo comportamento de seus representantes no Congresso e nos governos estaduais. Diante de um quadro econômico desfavorável e maior liberação das atividades políticas — informam assessores do Palácio do Planalto — com as oposições governando dez Estados, o objetivo governamental é conseguir maior entrosamento com seu partido, o PDS. Nesse sentido, entendimentos já se verificaram entre o ministro Leitão de Abreu e o comando do partido, e a primeira providência foi a liberação dos ministros para a prestar depoimentos no Congresso.

O Palácio do Planalto procura ampliar seu relacionamento direto com os parlamentares do PDS, especialmente num momento em que o governo se vê acossado por várias denúncias de escândalos envolvendo setores oficiais, mas o êxito dessa iniciativa dependerá do comportamento do ministro Leitão de Abreu. Líderes pedessistas lhe reconhecem competência, mas destacam a falta de sensibilidade e aversão ao diálogo por parte do chefe do Gabinete Civil, a ponto de serem eliminados gradativamente de sua convivência parlamentares governistas que discordem muito de seus pontos de vista.

O deputado Nelson Marchezan será uma das peças-chave com que espera contar o governo em seu relacionamento com os parlamentares, devido à sua experiência de lideran-

ça e na presidência da Câmara, e ao fato de ser elemento de inteira confiança do general Figueiredo e também do ministro Leitão de Abreu. Os presidentes das duas Casas, Nilo Coelho e Flávio Marçílio, embora governistas, dispõem de maior liberdade de atuação por força de seus temperamentos e personalidades independentes, mas são considerados também importantes, já que o governo deseja contar com mais colaboração efetiva dos parlamentares para a solução de tantos problemas acumulados, segundo fontes palacianas.

Em princípio, ficou acertado entre o ministro Leitão de Abreu e o comando do PDS que os projetos mais importantes do governo serão comunicados às suas lideranças, que poderão até mesmo ser chamadas a debatê-las previamente, e apresentar os fatos à consideração preliminar dos oposicionistas. Esse tipo de comportamento, segundo o senador Nilo Coelho, vigorou no governo do marechal Castello Branco com pleno êxito, e seria o ideal para um momento de transição como agora.

O senador Aloysio Chaves, embora de temperamento diverso, foi instruído a seguir a linha de defesa vigorosa do governo seguida pelo antigo líder Jarbas Passarinho, sem grandes ironias e destemperos verbais ou de comportamento como seu antecessor. Mesmo atento à área política, o governo considera que os temas econômicos acabarão por sensibilizar mais o Congresso este ano,

pelo menos no Senado, e merecerão, portanto, atenção especial. Nesse particular não é descartada a hipótese de dificuldades entre o ministro Delfim Netto e o senador Roberto Campos, que defendem táticas diferentes de combate à inflação ou postulados econômicos diversos. O ex-ministro do Planejamento já fez saber ao governo que não pretende defender sua política econômica nos debates do Congresso se não for corretamente informado da essência dos problemas e da visão do governo sobre eles.

A expectativa do governo é de confiança em relação ao seu relacionamento com o Congresso, mantida preliminarmente a orientação do presidente Figueiredo válida durante a campanha eleitoral: manter o debate em nível elevado, mas responder com vigor às acusações e provocações. A presença de antigos adversários do regime eleitos pelas oposições não constitui motivo de preocupação, "pois a anistia foi decretada para valer", segundo fontes palacianas.

O governo confia ainda em que poderá haver acordo com o PTB para facilitar a atuação do PDS, mas de um modo geral valerá para o Congresso a mesma estratégia delineada pelo governo em relação aos executivos estaduais de oposição: observar seu comportamento e problemas próprios que terá de enfrentar, para a eles adequar a resposta do governo por meio do PDS.